



YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013. 302p.¹

Márcia dos Santos Macêdo²

A coletânea organizada por Sílvia Cristina Yannoulas toma como objeto de reflexão um tema dos mais relevantes para o campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero – a participação das mulheres no mundo do trabalho – e é fruto de uma importante articulação interinstitucional que envolveu pesquisadoras de diferentes campos disciplinares, através do Projeto de Pesquisa “Trabalho e relações de gênero: uma análise da feminização das profissões e ocupações”. O livro, composto por um prefácio, apresentação, introdução, é dividido em duas partes: a primeira, “Explorando territórios”, apresenta quatro textos que discutem “mulheres em trabalhos masculinos”, e a segunda, “Revisitando territórios”, é composta por cinco textos que abordam a situação das “mulheres em trabalhos femininos”, seguido, por fim, de uma conclusão.

A obra se inicia com um excelente prefácio assinado pela pesquisadora feminista Lourdes Bandeira, da Universidade de Brasília (UnB), que aponta a originalidade e relevância do texto para o campo dos estudos de gênero e trabalho, ressaltando o esforço das autoras em “compreender as causas e razões dos movimentos que indicam a feminização das profissões” em um contexto ainda fortemente demarcado pelas

¹ Disponível em: <<http://www.oitcinterfor.org/pt-br/publicaci%C3%B3n/trabalhadoras-an%C3%A1lise-da-feminiza%C3%A7%C3%A3o-das-profiss%C3%B5es-e-ocupa%C3%A7%C3%B5es>>.

² Socióloga, com Doutorado em Ciências Sociais (UFBA); Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM; e Professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA, Salvador-BA, Brasil.

dissimetrias que sustentam uma perversa divisão sexual do trabalho. A prefaciadora nos brinda com uma análise detalhada e precisa de cada um dos textos apresentados, apontando suas potencialidades analíticas para o desvelamento das diferentes facetas que envolvem a temática em apreço, o que torna seu texto um convite irrecusável à leitura da obra.

Em seguida, temos uma apresentação na qual a organizadora da coletânea, Silvia Cristina Yannoulas, situa a obra no contexto da produção do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB e cadastrado ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, que também é financiador da pesquisa que deu origem a esta publicação. Assim, à guisa de apresentação, a autora elenca importantes parcerias envolvidas na consecução da proposta e, em seguida, enuncia a perspectiva teórica que lastreia a pesquisa, apontando a relevância de eixos estruturantes da vida social – como classe, gênero e raça/etnia – para a organização de uma divisão social e sexual do trabalho, onde são produzidas e reproduzidas relações de separação e hierarquia entre atividades desenvolvidas por homens e por mulheres. Neste contexto, destaca, ainda, a autora, a sociabilidade humana estruturada em torno do trabalho terá como traço fundamental uma lógica de sexualização ou generificação que vem apontando para a atualização e a consolidação de um processo de feminização quantitativa e qualitativa das ocupações e das profissões e é por estas razões que a pesquisa se propõe a realizar um balanço da ocorrência de transformações e permanências, inovações e deslocamentos, além de possíveis contradições produzidas pelas atualizações e mudanças na divisão sexual do trabalho.

Mas, é na introdução – texto fortemente inspirado por Virginia Wolf e intitulado “Sobre o que nós, mulheres, fazemos” – que Silvia Yannoulas nos presenteia com uma acurada reflexão histórica e teórica sobre o complexo tema da participação das mulheres no mundo do trabalho, muitas vezes convertido no próprio tema mulheres ou mesmo gênero, dada sua centralidade teórica e política neste campo. O esforço da autora em resgatar, simultaneamente, estudos de natureza teórica e um amplo conjunto de pesquisas empíricas, sempre em diálogo com questões candentes em torno das transformações mais amplas no mundo do trabalho, produziu uma análise teoricamente densa, mas de leitura ágil e de aguçado potencial crítico. Neste movimento, Yannoulas conduz habilmente os/as leitores/as em uma trajetória ascendente dentro do tema, passando pela reflexão sobre conceitos

fundamentais à obra – como a reflexão em torno dos vários significados de feminização e feminilização e seu uso na literatura recente – até a contextualização da experiência das mulheres na escola, como docentes e discentes, e seu ingresso em carreiras “tipicamente femininas” e nos “enclaves” dos territórios tidos como masculinos. Por fim, habilmente, o texto antecipa algumas “pistas” para a compreensão da amplitude do debate, ao remeter às reflexões realizadas nos textos que se seguem no livro, despertando nosso desejo de continuar a leitura, “revisitando” cenários e “explorando” novos territórios.

No primeiro texto da primeira parte do livro, o trabalho intitulado “Mulheres na Física do Brasil: por que tão poucas? e por que tão devagar?”, de autoria de Márcia C. Barbosa e Betina S. de Lima, as autoras buscam responder a estas questões a partir do resgate da participação mais ampla das mulheres nas carreiras científicas, estabelecendo comparações entre diferentes profissões, como medicina, direito, engenharia e outras ciências exatas e, em seguida, recorrem à apresentação de dados mais específicos sobre a política de fomento à formação de recursos humanos promovida pelo CNPq nas áreas de física e medicina. O texto procura buscar os nexos explicativos das questões levantadas a partir da ênfase em aspectos históricos e culturais mostrando que a vagarosidade do avanço da participação das mulheres no sistema científico e tecnológico é produto da falta de atratividade do campo da física, dominado por maioria masculina e regido por condições de produção restritivas à presença das mulheres –, o que demanda, portanto, políticas públicas voltadas à reversão deste quadro e ao aumento da visibilidade do trabalho das mulheres na ciência e na tecnologia.

Em “Gênero e trabalho no campo da Matemática: breve história e notas sobre um diagnóstico preliminar”, Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Márcia Barbosa de Menezes apresentam uma instigante reflexão sobre a presença das mulheres na área da matemática como uma situação prototípica para pensar a condição ainda subordinada da mulher no campo científico. Partindo de uma reconstrução histórica do campo da matemática no país, o texto vai questionar se, com a ampliação do número de mulheres na educação superior, teria acontecido alguma transformação mais substantiva da presença feminina na matemática, lançando, para tanto, o questionamento sobre a natureza desta participação: tratar-se-ia, de fato, de “ausência ou invisibilidade”? O texto arrisca responder ao questionamento acima analisando a atuação das mulheres nas fileiras da pesquisa e da

docência, denunciando a presença “invisibilizada” das mulheres no androcêntrico campo da matemática.

No terceiro texto, intitulado “Formação e docência em Engenharia na ótica do Gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização”, Maria Rosa Lombardi, na mesma linha dos artigos anteriores, levanta questionamento acerca dos determinantes da persistência da sub-representação feminina no campo das Engenharias. Vai buscar resposta a este questionamento através da análise do estado da arte em torno dos temas formação e docência nas engenharias a partir de uma perspectiva de gênero e do escrutínio desta produção que, ainda que bastante heterogênea (composta por teses, dissertações, artigos, comunicação em anais e livros), permitiu entrever um processo de feminização das ciências, da tecnologia e da engenharia, pois mesmo que este resultado seja ainda numericamente limitado, qualitativamente, aponta para a alteração de “relações sociais, comportamentos e da própria cultura profissional”.

Na sequência, temos o quarto e último texto da primeira parte, intitulado “A inserção das mulheres na construção: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor”, de autoria de Talita Santos de Oliveira. O artigo mostra que, embora a presença das mulheres no setor da construção não tenha acompanhado a sua franca evolução – face ao crescimento dos investimentos públicos vinculados a programas de governos e à expansão do mercado imobiliário no país –, em termos quantitativos, ainda assim têm chamado a atenção de especialistas aspectos mais qualitativos como, em particular, a persistência de padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho que leva o contingente feminino a se concentrar em atividades auxiliares e de finalização da produção. Assim, o texto vai servir ao firme propósito de apontar como a inserção da força de trabalho feminina em um nicho de mercado maciçamente masculino pode ser paradoxalmente representativa da lógica de manutenção e disseminação de estereótipos de gênero.

Por fim, o trabalho construído por Talita Oliveira, “A inserção das mulheres na construção: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor”, inova, ainda, ao optar por uma metodologia de pesquisa que utiliza como referência a análise de reportagens produzidas pela mídia sobre o tema, apontando para o papel estratégico dos veículos de comunicação de massa na formação do pensamento, da cultura e

da opinião pública exercendo, com isto, sua função-chave de protagonista na disputa pela representação do mundo e dos sujeitos. Nesta direção, reforçam um olhar que reproduz a generificação de atributos e competências “demandados” pelo mercado de trabalho, justificando a perpetuação de uma divisão sexual do trabalho que não apenas naturaliza, mas, mais do que isto, valoriza a estereotipia de gênero no mundo do trabalho, mantendo inalteradas a exploração e a marginalidade da força de trabalho feminina neste contexto.

A segunda parte do livro mantém em fluxo o firme propósito de mapear o complexo campo da atuação laborativa feminina ao “revisitar territórios” percorridos por muitas mulheres nos chamados “trabalhos tipicamente femininos”.

O primeiro texto a retomar esse diálogo, escrito por Cláudia Pereira Vianna, chama-se “A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente” e toma como foco de análise a organização sindical docente paulista em fins da década de 1990. A partir de um balanço sobre a trajetória dos estudos sobre mulheres e relações de gênero e suas potencialidades na desconstrução de determinismos, em especial no campo da educação, a autora pontua a relevância deste tipo de olhar para a compreensão crítica do processo de feminização do magistério e estratificação da carreira docente, com sérias consequências sobre a precarização das condições de trabalho e para a constituição de uma identidade coletiva e o protagonismo da categoria. Assim, a ênfase nos delineamentos sexuados de masculinidade e feminilidade, para além da modelagem do cotidiano escolar, termina por reforçar o modelo hegemônico da prática educativa associada à feminilidade e, portanto, à esfera dos cuidados e dos afetos, comprometendo o significado social do exercício da docência como um fazer político que deve romper com as polarizações dicotômicas e integrar uma noção de identidade coletiva que possibilite às mulheres um protagonismo compatível com sua participação na categoria, em todos os níveis da educação.

O texto seguinte, de Marly de Jesus Sá Dias, intitulado “A feminização do trabalho no contexto da saúde pública: reflexos da reestruturação produtiva no Serviço Social e na Medicina” busca compreender, através de um estudo de caso realizado em um hospital universitário de uma capital do Nordeste brasileiro, como os rebatimentos da reorganização capitalista no campo da saúde incidem sobre o processo de feminização do trabalho neste campo. Balizada em referências teóricas da sociologia do trabalho e dos estudos feministas,

a autora avalia que a divisão sexual do trabalho se mantém e se atualiza mesmo com a ampliação do número de mulheres no contexto estudado, pois persistem relações de poder desiguais nas quais as hierarquias entre homens e mulheres pouco foram alteradas, permanecendo a reprodução de preconceitos, obstáculos e dificuldades que pedem uma luta incessante por uma nova inserção feminina neste contexto e nas relações entre vida familiar e profissional.

Diversificando os ângulos de leitura das condições de vida e trabalho das mulheres na sociedade brasileira, na atualidade, o artigo de Marlene Teixeira e Maria Stephanie Cerqueira, intitulado “O programa Bolsa Família/Vida Melhor e as mulheres – transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal”, trata de uma temática de extrema relevância para o enfrentamento dos processos de pauperização que ainda atingem um grande contingente de mulheres em diferentes regiões do país. O texto busca articular uma leitura que integre a perspectiva de gênero na análise das políticas sociais; em particular, apoia-se em uma percepção das mulheres para além da condição de beneficiárias destas políticas, mas de sujeitos a terem seus direitos e autonomia fortalecidos através da participação em programas sociais que devem desconstruir concepções estereotipadas de responsabilização exclusiva das mulheres por seus núcleos doméstico-familiares e empreendam ações que tenham como alvo, para além da superação da pobreza, a construção da equidade de gênero.

Em “*Repensando el trabajo de las mujeres em los programas de transferencia condicionada de ingresos*”, Nora Goren realiza uma reflexão eminentemente teórica visando a discussão das conexões entre trabalho, divisão sexual do trabalho e pobreza. Para esta autora, mais importante do que discutir o impacto dos programas sociais na vida das mulheres pobres é a tarefa inadiável de refletir “como as mulheres podem abandonar a condição de pobreza com trabalho de qualidade”. Para desenvolver este raciocínio, o texto começa por mostrar como a divisão sexual do trabalho no contexto latino-americano, baseada em uma lógica de complementaridade entre os sexos e de subordinação feminina, ainda mantém o privado e a reprodução como domínios de responsabilidade prioritária das mulheres, que devem sempre conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. O texto, bastante provocativo, levanta questionamentos tais como: “como entender a pobreza entre as mulheres?”; “sobre que supostos se desenham os programas de transferência de renda?”;

“como entendem o trabalho das mulheres?”; “quais as representações e estereótipos de gênero presentes no desenho dos programas que têm sido implementados?”; “quais são as características dos mercados de trabalho latino-americanos?”

Para atingir os desafios propostos, após situar seu referencial teórico e sua opção por uma perspectiva feminista que valoriza o reconhecimento da tensão e do diálogo existente entre ação e estrutura, a autora realiza um esforço de desconstrução de formas de análise vitimizadoras desses sujeitos como meras marionetes diante das estruturas sociais. É nesta direção que a tese de feminização da pobreza e seu enfrentamento mediante a adoção de programas de proteção social precisa ser confrontada com ações de ampliação da repartição de responsabilidades domésticas e familiares bem como com a integração simultânea de maior contingente da força de trabalho feminina no mercado de trabalho em empregos de qualidade.

O último texto da segunda parte do livro possui como título “O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho” e foi escrito por Mariana Mazzini Marcondes. A autora busca evidenciar como o amadurecimento da reflexão sobre o conceito de “cuidado” realizado pela teoria feminista, em especial, no campo da economia feminista, tem permitido colocar em destaque a participação das mulheres para a reprodução social e sustentabilidade da vida humana. Nesta direção, realiza uma análise da feminização do mundo do trabalho através do resgate do conceito de cuidado e do seu significado na divisão sexual do trabalho, lançando mão do uso de dados empíricos para mostrar que, longe da superação da divisão sexual do trabalho, vivemos em uma era de sobreposição de ausências e presenças que vêm acarretando às mulheres uma sobrecarga, em especial, em contextos onde se destacam interseções de classe, raça, geracional, entre outras.

Por fim, mas não menos importante, Anabelle Carrilho encerra o livro com uma instigante conclusão, intitulada “A feminização da produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária” na qual discute como a plasticidade do termo “feminização” tem permitido diferentes usos por diversos campos do conhecimento e da vida social, destacando, em particular, sua relevância teórica e política para os feminismos e os estudos de gênero na América Latina. A autora, sintonizada com a perspectiva teórica da obra, busca situar o esforço conjunto dos textos anteriores em apontar para a necessidade

de compreensão da pluralidade encoberta pelo fenômeno da “feminização”, ao mesmo tempo, ressaltando que implica em processos de “separação e hierarquização das profissões e ocupações a partir das relações de gênero”. Por fim, apresenta um levantamento das publicações brasileiras recentes sobre o tema e discute algumas delas e seus achados teóricos e metodológicos, confrontando com as perspectivas apresentadas pelas autoras da presente obra coletiva.

Com um texto agradavelmente bem escrito, abordagens pertinentes e críticas produzidas a várias mãos, mas que mantêm uma fina articulação teórica e política entre si, o livro “Trabalhadoras” é uma leitura obrigatória para estudiosos/as do tema e para todos/as aqueles/as que desejam acompanhar o debate sobre os processos de feminização das profissões e ocupações no contexto brasileiro e latino-americano.